


1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE**
2 **PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA, DO DIA**
3 **20 DE FEVEREIRO DE 2018.**

4
5 No vigésimo dia do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, às
6 dezenove horas, em primeira chamada, constatou-se o comparecimento
7 insuficiente dos membros. Às dezenove horas e quinze minutos
8 iniciam-se os trabalhos do Conselho Gestor da APA Serra Dona
9 Francisca, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Rural
10 (SDRural), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271, Distrito de
11 Pirabeiraba, Joinville, Santa Catarina, registrada a presença dos
12 Conselheiros: Débora Cristina Jung, da APROAGUA; Marli Fleith
13 Sacavem, da AMEM; Ilse Pabst, da APIVILLE; Marisa Koch, do ISARP;
14 Dione Cavalvante Benevenuto, da EPAGRI; Indalécio Sumech, da
15 AJAAR; José Mário Gomes Ribeiro, do CCJ; Romy Dunzinger, da
16 SEPUD; Manoel Vicente, da APROAGUA; Gabriel Klein Wolfart, do
17 SINDIPEDRAS/SC; Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE; Maicon
18 Dilmo de Souza, da PM Ambiental; Mauro Augusto da Silva, da PM
19 Ambiental; Ademir Sgrott, da AJM; Maiko Richter, da SEPROT;
20 Cristian Ricardo dos Santos, da CAJ e Jonas de Medeiros, da SAMA
21 - Presidente do Conselho. Estavam presentes também: Giovani
22 Padilha, da SAMA; Beto Amaral, da SAMA.UDR; Hilton Fischer; da
23 Hübener; Gilson Fagundes de Paulo, da Subprefeitura Pirabeiraba;
24 Cácio José Rengel, da Renger Engenharia e Arquitetura; Irineu e
25 Laurindo Schneider, da Paróquia SCJ; Sidney Carvalho, da Versal
26 Engenharia; Cristina Henning da Costa, da SEMA; Lucas Araújo
27 Costa, da SAMA; Priscilla Menarin Dzazio, da SAMA; Giampaolo
28 Marchesini, da SAMA; Odir Nunes, da CVJ; Diego Machado, da Rádio
29 PBF; Clailton Breis, SAMA; Anton Giese Anacleto, SAMA; José
30 Augusto de Souza Neto, da SAMA - Secretário Executivo do
31 Conselho. A reunião teve como pauta: 1) Abertura da reunião e
32 aprovação da ata da reunião ordinária anterior; 2) Arborização e
33 poda sob fios de alta tensão; 3) Apresentação e aprovação -
34 Resolução 01/2017 do CG APA Dona Francisca; 4) Câmara Técnica -
35 Revisão do Plano de Manejo da APA; 5) Esclarecimentos sobre a
36 Regularização Fundiária na APA; 6) Assuntos gerais e Palavra
37 Livre. O Presidente do Conselho Gestor da APA, Jonas de Medeiros,
38 cumprimentou e deu boas vindas a todos os Conselheiros e demais
39 convidados. Iniciando a pauta o Presidente do Conselho submeteu a
40 ata da reunião ordinária do dia 12/12/2017 para aprovação, a
41 qual, havendo ressalvas, retornou ao Secretário Executivo para
42 correções. Em seguida o Presidente do Conselho comenta sobre a
43 reforma administrativa que afetou o órgão ambiental municipal e
44 incluiu a agricultura em seu bojo, explica que a antiga
45 Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDRural) foi absorvida pela
46 Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA) e atualmente tem
47 novo nome, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (SAMA).
48 Segundo o Presidente do Conselho a reforma também removeu a
49 Unidade de Controle Ambiental, redistribuindo as atribuições de
50 terraplanagem e verificação de meio físico, considerando que os



51 licenciamentos ambientais foram devolvidos ao IMA (FATMA) as
52 terraplanagens oriundas desses licenciamentos serão concedidas
53 conforme os licenciamentos do IMA, contudo as terraplanagens que não
54 são oriundas dos licenciamentos serão autorizadas pela SAMA. O
55 Presidente do Conselho também explica que por intermédio de ações
56 do Ministério do Meio Ambiente todos os processos de
57 licenciamento ambiental respeitarão um procedimento unificado
58 pelo SinFAT WEB, mas salienta que os licenciamentos requeridos em
59 Áreas de Proteção Permanente ou em suas respectivas zonas de
60 amortecimento ainda terão de passar pela anuência do órgão
61 gestor, portanto qualquer empreendimento a ser licenciado na área
62 da APA Dona Francisca será previamente apresentado a este
63 Conselho Gestor. Ainda sobre a questão da gestão ambiental, o
64 Presidente do Conselho esclarece a atual situação da Polícia
65 Militar Ambiental que carece de efetivo para cumprir a grande
66 quantidade de denúncias e que com grande esforço realiza
67 trabalhos conjuntos à SAMA para garantir a qualidade ambiental do
68 município. Cita que além do Conselho Municipal do Meio Ambiente
69 as instituições como a ISARP e a OAB de Joinville também estão
70 encaminhando Moções requerendo o aumento do efetivo da Polícia
71 Militar Ambiental na região, portanto faz um convite para que
72 outras entidades participem em conjunto para reforçar os pedidos
73 ao Governo do Estado. O Presidente tece considerações sobre a
74 importância do meio ambiente equilibrado nas áreas rurais,
75 portanto a necessidade de conciliar o desenvolvimento rural com o
76 meio ambiente sustentável, para tanto os trabalhos entre SAMA e a
77 nova unidade estão sendo realizados em nova dinâmica. Em seguida
78 apresenta o novo gerente da Unidade de Desenvolvimento Rural,
79 Carlos Alberto Amaral, já conhecido pelos membros do Conselho
80 Gestor. Beto Amaral conta que ficou surpreso pelo convite de
81 nomeação, mas que aceitou com a condição de ter apoio nas ações
82 necessárias para o desenvolvimento rural. Por fim Beto se coloca
83 à disposição para atender quaisquer questões dessa ordem. Dando
84 continuidade a Conselheira Marli Sacavem pede pela palavra e
85 conta que o que todos esperam é resultado, conta que o órgão
86 público no meio rural por muito tempo foi sucateado e perdeu a
87 força e efetividade que a Fundação 25 de Julho tinha na
88 assistência ao produtor rural, mas deseja boa sorte a Beto Amaral
89 e espera que com ele isso venha a mudar. Indalécio Sumech comenta
90 que os anos de experiência criaram referência no órgão de
91 Desenvolvimento Rural, basta seguir esta referência. O Presidente
92 do Conselho comenta que o Conselho Gestor é a primeira
93 referência, conta inclusive que ao ter sido questionado sobre a
94 indicação de Beto Amaral concordou de olhos fechados,
95 principalmente pela participação de Beto neste Conselho Gestor
96 que é fundamental para ajudar na realização desse trabalho. Dione
97 Cavalvante Benevenuto comenta que a Epagri, há longa data, tem
98 uma parceria com o órgão de Desenvolvimento Rural e se propõe a
99 dar continuidade nessa parceria, cita que a Epagri disponibiliza
100 cursos de cultivo para filhos de agricultores e aproveita para

101 comunicar aos membros do Conselho Gestor que neste mês de março
102 será dado início aos cursos deste ano. Dando continuidade à pauta
103 o Conselheiro Cristian Ricardo dos Santos, da CAJ faz
104 apresentação do Índice de Qualidade das Águas (IQA), conforme
105 segue: Cristian cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade e
106 apresenta os resultados do monitoramento de quantidade e
107 qualidade das águas de vazão do Rio Cubatão, informando que em
108 Janeiro do corrente ano o QRC(m³/s) foi de 27,65 e o QRC(l/s) foi
109 registrado em 27655. No Rio Pirai foi registrado QRC(m³/s) de
110 2,61 e QRD(l/s) de 2612. O IQA de ambos os Rios permaneceram na
111 Categoria BOA, onde $51 < IQA <= 79$. Dando início ao segundo item da
112 pauta, sobre a arborização e poda em fios de alta tensão.
113 Altamir, da SAMA, agradece pela oportunidade e comenta que o
114 gerente Reginaldo Rosa não pôde comparecer, portanto está ali o
115 representando. Sobre o assunto Altamir comenta que a Unidade de
116 Praças e Parques está utilizando árvores com menor crescimento,
117 apesar da dificuldade em se encontrar árvores que se adéquem a
118 arborização de calçadas e concedam no mínimo noventa centímetros
119 de espaço para o transeunte. Explica também que a
120 responsabilidade na poda dessas árvores é da CELESC, que possui
121 pessoal especializado para trabalhar com segurança. Retornando
122 para a questão da arborização pública Altamir comenta que a
123 sociedade vem requerendo da administração pública uma atuação
124 mais ativa na arborização das calçadas, porém é uma ação que
125 requer tempo e o plantio de mudas de espécies mais específicas
126 que não quebrem as calçadas e que resistam a fortes ventos. O
127 Presidente do Conselho aproveita para comentar sobre o projeto da
128 SAMA para a reativação do viveiro de mudas, segundo ele o projeto
129 está a pleno vapor tendo por finalidade atender as necessidades
130 da arborização pública, recomposição florestal e as mudas de
131 interesse da comunidade rural, como é o exemplo das palmáceas.
132 Ainda sobre os fios de alta tensão Altamir explica que como o
133 interesse é aliviar os fios dos galhos então a CELESC utiliza de
134 uma poda mais radical, mas comenta que será feita uma reunião com
135 a CELESC para averiguar a possibilidade de preservar a estética e
136 saúde da árvore nestas podas. Marli Sacavem conta que o viveiro
137 de mudas sempre foi um projeto importante, mas foi deixado de
138 lado por alguém que não entendia a necessidade dele e por conta
139 disso será preciso começar tudo de novo. O Presidente do Conselho
140 comenta que se depender dele recomeçarão tudo de novo. Débora
141 Cristina Jung questiona quanto ao banco de sementes, querendo
142 saber se serão cultivadas apenas as sementes da Univille ou se
143 serão adicionadas outras sementes. O Presidente do Conselho
144 responde que para reiniciar o projeto foi buscada a parceria com
145 a Univille para não iniciar o projeto do zero, mas que com isso
146 será iniciado um banco de sementes próprio do município. Manoel
147 Vicente comenta que os moradores da região conhecem variedades de
148 sementes, segundo ele as pessoas que vivem perto das matas
149 possuem acesso a muitas sementes, portanto sugere que a parceria
150 seja feita com essas pessoas também. O Presidente e os

151 Conselheiros concordaram com o Conselheiro Manoel, então o
152 Presidente do Conselho adiantou que Beto Amaral aprofundará esse
153 assunto com este Conselheiro. O Conselheiro Indalécio avisa que a
154 SAMA tem um bom conhecedor de espécies nativas da região e sugere
155 que o Presidente do Conselho procure por ele. Clailton comenta
156 que existe um programa de educação ambiental chamado 'Adote' e
157 que foi conversado com Beto Amaral, Gerente da SAMA.UDR sobre
158 esse programa, boa parte dessas mudas estão no 'horto' do
159 Zoobotânico, e está sendo feita uma logística de distribuição
160 para trazer 70% das mudas para SAMA.UDR. A Conselheira Dione
161 explica que os pesquisadores da Epagri fizeram um trabalho de
162 alta qualidade na catalogação e registro das espécies de flores
163 de nossa região, este trabalho poderia ser disponibilizado ao
164 Conselho Gestor. O Presidente do Conselho questiona se esse
165 levantamento foi feito também nas Unidades de Conservação,
166 recebendo resposta positiva. O Presidente do Conselho sugere que
167 Clailton e Beto programem uma reunião com a Epagri para
168 aproveitar esses dados. Débora comenta que irá subir um pedaço do
169 Jurapê para coletar as sementes da Octoscotata, que seria o
170 'Araçá Vermelho', então se coloca à disposição para trazer
171 algumas sementes para o Beto. O Presidente do Conselho agradece
172 toda a predisposição dos Conselheiros em apoiar e buscar soluções
173 para o Desenvolvimento Rural na cidade. Indalécio questiona a
174 quem caberia a competência para a poda de árvores na área rural,
175 neste caso sem a presença de fiação elétrica. Altamir responde
176 que é atribuição da Unidade de Praças e Parques comentando que
177 anteriormente foi contratada uma terceirizada para podar as
178 árvores e liberar as ruas do Quiriri. O Presidente do Conselho
179 pede a Altamir que repasse o assunto para o gerente Reginaldo
180 Rosa e que se obtenha o protocolo de procedimentos na área rural.
181 Dando continuidade à pauta, o Presidente do Conselho explica que
182 a análise da Resolução 01/2017 não poderá ser apresentada nesta
183 reunião, segundo ele a PGM ainda não pôde concluir o documento de
184 resposta, portanto o Presidente se desculpa em nome da equipe e
185 pede para o Conselho Gestor aguardar um pouco mais. Seguindo o
186 quarto item da pauta, sobre a câmara técnica para a revisão do
187 Plano de Manejo e o desassoreamento e traçado dos rios Cubatão e
188 Pirai, o Presidente do Conselho chama os representantes da
189 Unidade de Gestão Ambiental para discutir o item. Clailton conta
190 que apesar de feito o convite a alguns Conselheiros não houve
191 quórum para dar andamento às reuniões, portanto foi definido que
192 as reuniões ocorrerão na sede da SAMA.UDR para facilitar o acesso
193 aos Conselheiros. Clailton aproveita para apresentar a equipe
194 técnica que irá trabalhar o assunto do desassoreamento, Giampaolo
195 Marchesini, Priscilla Menarin Dzazio e Cristina Henning da Costa,
196 e em seguida passa a palavra para Cristina discutir a revisão do
197 plano de manejo. Sobre a Resolução 01/2017, Cristina reitera que
198 o pedido de análise à PGM ainda não fora respondido e comenta que
199 também foi solicitada uma orientação pela SEPUD para uma melhor
200 adequação à Lei de Ordenamento Territorial. Em seguida Cristina

201 informa que em relação a Revisão Plano de Manejo APA, a SAMA
202 desenhou cronograma físico para elaboração e revisão dos Planos
203 de Manejo de cinco UC da natureza municipais, com prazo estimado
204 de conclusão em 15 anos. A revisão do Plano de Manejo da APA e
205 elaboração do Parque Rolf Colin já possuem plano de trabalho
206 baseado no Termo de Referência. Sobre a Câmara Técnica que
207 discutirá o desassoreamento e traçados dos Rios Cubatão e Pirai,
208 as inscrições se encerram até 23/02/2018 e o cronograma sugerido
209 de reuniões será quinzenalmente, às quartas-feiras às 13h30. O
210 Presidente do Conselho concorda que a Câmara Técnica seja feita
211 quinzenalmente e, a pedido de Cristina, que a primeira reunião
212 ocorra no dia quatorze de março às duas horas da tarde. Colocado
213 em votação foi aprovado por unanimidade. Seguindo o próximo item
214 da pauta, da Regularização Fundiária na APA Dona Francisca, o
215 Presidente do Conselho relembra a solicitação feita em outubro de
216 2017 sobre o regramento de regularização das construções e
217 demolições executadas na APA e afirma que existem alguns
218 esclarecimentos sobre o assunto, segundo ele o processo já foi
219 iniciado e oficializado por despacho do gabinete para tratar
220 especificamente das edificações no meio rural, a matéria já está
221 sob análise para ser tratada de forma diferenciada para os
222 produtores rurais. O Presidente do Conselho explica que esse item
223 do Código de Postura receberá um olhar rural além do urbanístico,
224 além disso, informa que a matéria será revisada inclusive com o
225 Conselho Gestor. Em seguida o Presidente do Conselho passa a
226 palavra para Giovani Padilha, que informa que a participação da
227 SAMA na regularização fundiária é apenas no recebimento dos
228 protocolos solicitados pelas empresas que fazem esse tipo de
229 trabalho, em seguida os protocolos são enviados do setor de
230 Aprovação de Projetos à Secretaria Municipal de Habitação.
231 Padilha conta que participou da sessão da Assembléia Legislativa
232 que aprovou a Lei Federal que trata sobre o assunto, contudo
233 explica que tecnicamente fica difícil de discutir o assunto
234 enquanto a Prefeitura ainda não regulamentou a Lei Federal no
235 município, além disso, a análise deste protocolo cabe à
236 Secretaria de Habitação. Segundo o Presidente do Conselho a
237 regulamentação da dita Lei Federal está em fase final, e quanto
238 ao Secretário da Habitação não pôde estar presente nesta reunião
239 dado os compromissos daquela Secretaria de Habitação no mesmo
240 horário, portanto será novamente convidado para a próxima
241 reunião. O Presidente do Conselho propõe ao Conselho Gestor que
242 seja marcada uma reunião extraordinária na SAMA em horário
243 comercial para possibilitar a participação da Secretaria de
244 Habitação nessa questão da regularização fundiária frente à Lei
245 Federal e ao Decreto Estadual, colocado em votação foi aprovado
246 por unanimidade. Em seguida é dado início ao último item da pauta
247 com a palavra livre. Ademir pede pela palavra e comenta sobre a
248 questão dos pinus nos campos de altitude recordando da discussão
249 na reunião anterior, segundo ele a situação deveria ser melhor
250 analisada e sugere que seja verificado *in loco* pelo Conselho



251 Gestor e ACR, acredita que o raio de dispersão das sementes não
252 se mostra ser de quatrocentos metros conforme anteriormente
253 informado, pois ao que lhe parece em algumas situações a
254 dispersão ocorre de três a quatro quilômetros. Maicon Dilmo de
255 Souza comenta que ano passado a PM Ambiental esteve no Quiriri e
256 verificou que a situação apresentada de fato é bem grave, trata-
257 se de uma contaminação biológica similar ao que aconteceu na
258 Serra do Tabuleiro que impede a regeneração de espécies nativas.
259 O Presidente do Conselho pede ao Conselheiro que encaminhe um
260 roteiro do Quiriri para ser feita a visita *in loco*, com o
261 acompanhamento da Polícia Militar Ambiental. Maicon confirmou ser
262 possível, mas avisa que os veículos só vão até certo ponto, após
263 isso o resto do caminho terá de ser feito a pé. Em seguida Maicon
264 comenta que no caso da Serra do Tabuleiro a IMA (FATMA) está
265 buscando a solução junto à uma empresa especializada, pois a
266 situação está tão grave que já não é possível resolver com os
267 aparatos da administração pública. Ademir Sgrott também fala
268 sobre as trilhas de barro criadas pelas motos *off-road* no
269 Quiriri, a lama que se cria cai direto no rio Quiriri, questiona
270 como conter essa atividade em um local de tamanha importância
271 ambiental. O Presidente do Conselho conta que esteve reunido com
272 engenheiros agrônomos e demais entidades para discutir os efeitos
273 negativos dessas atividades, incluídos o consumo de bebidas
274 alcoólicas e o uso de drogas, foi entendido que é uma matéria a
275 ser discutida junto à Polícia Militar, visto haver a perturbação
276 da paz e invasão de propriedade, portanto não apenas de cunho
277 ambiental. Manoel Vicente fala sobre o plano de manejo da APA
278 Serra Dona Francisca e comenta que uma das regras sobre recreação
279 motorizada dentro da APA é de que devem ser previamente
280 autorizadas pelo Conselho Gestor ou pelo órgão gestor, ao que lhe
281 parece alguns proprietários permitem a entrada dos motociclistas,
282 mas isso atrapalha a todos. Manoel também fala sobre os pinus que
283 crescem em toda região e que vários deles já possuem sementes.
284 Além disso, Manoel salienta que algumas entidades participantes
285 do Conselho Gestor não se apresentam há muito tempo, cita que em
286 2015 foi dado um prazo para que as entidades faltantes expliquem
287 o não comparecimento, porém até hoje elas não foram removidas da
288 lista de entidades participantes. O Presidente do Conselho conta
289 que o Sr. Manoel o havia procurado e levantado esse assunto, além
290 dele também a Sra. Marli, portanto, como tal indagação tem que
291 partir dos Conselheiros, não adicionou o assunto na pauta para
292 que os Conselheiros trouxessem à mesa. Em seguida explicam que
293 como a revisão do plano de manejo é objetivo do Conselho Gestor,
294 na semana que se segue as entidades que não estiverem presentes
295 sem justificativa plausível serão noticiadas de sua exclusão do
296 rol de participantes e em seguida será aberto o procedimento
297 para a inclusão de novas entidades. Marli Sacavem reitera a
298 importância de se discutir a questão das sementes dos pinus e ir
299 verificar *in loco*. Marli também comenta da importância da
300 participação nas Câmaras Técnicas, isso porque se o Conselho

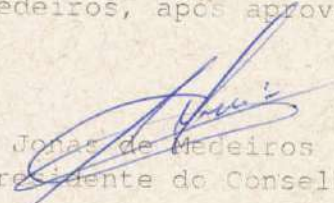
301 Gestor quer dar andamento pratico às suas obrigações então é
302 necessário haver participação das entidades. Por fim Marli cita o
303 problema das construções irregulares, comenta que há anos está
304 procurando construir uma casa enquanto outros apenas fazem a
305 construção ignorando o procedimento legal. Não apenas essas
306 construções irregulares, mas também os loteamentos legalizados
307 como por exemplo o Loteamento Rio Lindo, conta a Conselheira que
308 algumas pessoas do Rio Lindo vieram lhe contar que
309 temporariamente não podem ser feitas novas construções por lá,
310 mas isso porque existem lotes por lá de 360 metros quadrados
311 sendo que a legislação da APA determina que a metragem mínima
312 seja de vinte mil metros quadrados com até 20% construído, em
313 outra mão a Sra. Marli conta que ela possui um lote de cinquenta
314 mil metros quadrados totalmente urbano do qual não pode vender,
315 segundo ela está sendo cobrado um IPTU de oito mil reais por ano
316 e ela não pode construir mais de duas casas ou parcelar o lote.
317 Por fim Marli questiona como estão sendo legalmente tratadas as
318 áreas urbanas dentro da APA. Cácio José Rengel responde que
319 durante a construção dos lotes surgiu o impedimento do Plano de
320 Manejo da APA, mas colocou em comparação duas comunidades
321 próximas às igrejas que fogem da regra dos 20% pois possuem
322 proteção pela lei das igrejas, mas foi avisado pelo diretor
323 Felipe Hardt da SAMA que o Plano de Manejo é superior a esta lei.
324 O Presidente do Conselho alertou que o Plano de Manejo da unidade
325 de conservação congela a legislação no tempo, significa que o
326 Plano de Manejo precisa ser revisado para estar de acordo com a
327 realidade atual da cidade. Sendo questionado por Cácio se a regra
328 dos 20% permanecerá ou não o Presidente sugere que seja feita uma
329 reunião na SAMA e convidado o SEPUD para discutir o assunto sob a
330 ótica dos índices urbanísticos. Pedido a palavra, Débora levanta
331 a questão do turismo ecológico e conta que as pessoas não vêm com
332 o intuito de fazer um turismo de cunho ecológico, portanto, a
333 exemplo de Bombinhas, questiona e sugere que seja discutida a
334 possibilidade de ser criado um pedágio ou algum outro mecanismo
335 para proteger o ambiente e fomentar o turismo, mas que essa
336 solução seja arranjada até o próximo verão. O Presidente do
337 Conselho considera que dependendo das soluções sugeridas o tempo
338 não será suficiente, mas que seria mais viável focar para o verão
339 de 2019-2020. Clailton explica que no caso de Bombinhas essa taxa
340 não é cobrada dos munícipes, no caso de Joinville grande parte
341 dos que aproveitam das áreas ambientalmente protegidas são os
342 próprios munícipes, portanto é uma situação a se analisar em
343 vista de nossa legislação e realidade. O Presidente concorda com
344 Clailton e inclusive salienta que os trilheiros que utilizam de
345 motocicletas no Quiriri são de Joinville. Débora questiona também
346 o que pode ser feito em relação às placas de sinalização na Serra
347 Dona Francisca, a Conselheira evidencia os constantes acidentes
348 que ali ocorreram. Quanto ao assunto o Presidente do Conselho
349 traz uma boa notícia, segundo ele houve uma iniciativa de
350 retomada da discussão para criação de regramento para a subida e

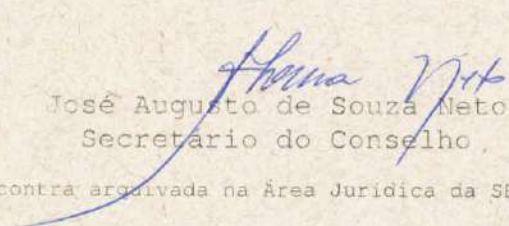
351 descida por materiais perigosos na serra, a parte fácil é que já
352 há um ponto de Polícia Militar no topo da serra, a parte difícil
353 é que teria de ser criado um novo no pé da serra. Para tanto
354 seria necessário provocar o governo estadual para se atentar a
355 isso. A Conselheira Isle Pabst discorda de que a Serra Dona
356 Francisca seja mal sinalizada, comenta inclusive que foi bem
357 construída e tem boa manutenção, segundo ela os acidentes são
358 causados por conta do desrespeito de alguns motoristas por conta
359 o excesso de velocidade ou pelo cansaço de longas viagens. O
360 Vereador Odir Nunes elogia a predisposição desses Conselheiros
361 por saírem de suas casas para tratar de assuntos públicos de
362 tamanha importância. Comenta sobre os acidentes da Serra Dona
363 Francisca salientando que além dos danos aos patrimônios públicos
364 os maiores danos são em razão ao meio ambiente, cita o caso das
365 águas de região que abastecem grande parte da cidade, segundo ele
366 os danos ambientais e à saúde pública são imensuráveis quando uma
367 carga tóxica e produtos químicos atinjam o solo e às águas. Por
368 fim o Vereador Odir Nunes dá os parabéns a todos, pede que o
369 Conselho permaneça interessado nas soluções dos problemas da
370 região, pois esses trabalhos serão lembrados e utilizados pelas
371 próximas gerações. Débora questiona sobre as fiscalizações na
372 Serra Dona Francisca, segundo ela os moradores na região não
373 ouviram mais falar sobre as blitz feitas pela defesa civil e
374 polícia militar, pergunta como estão sendo feitas essas
375 fiscalizações. O Presidente do Conselho cita uma enchente que
376 mobilizou a polícia civil e militar, mas concorda que deve ser
377 retomado os resultados da fiscalização, portanto irá convidar a
378 gerente da fiscalização para trazer os dados para a próxima
379 reunião. Paulo Roberto Schulze dá boa noite a todos e deseja boas
380 vindas ao Beto Amaral na gerência da UDR. Em seguida Paulo
381 questiona como está sendo feito o controle do borrachudo. Beto
382 responde que o contrato do controle do simulídeos já foi assinado
383 e as tratativas com a empresa vencedora para alinhamento dos
384 trabalhos, definições dos pontos de aplicação conforme
385 georreferenciamento e cronograma. O Presidente do Conselho
386 complementa informando que, graças ao Clailton e sua equipe, a
387 modalidade de contratação foi alterada daquela anual para uma
388 nova forma que permite uma renovação quase que instantânea do
389 contrato para evitar a interrupção da prestação do serviço.
390 Clailton dá créditos para sua equipe e para a equipe da
391 Secretaria de Administração e Planejamento que buscaram a melhor
392 solução possível para manter esse contrato nos conformes da
393 legalidade administrativa e da necessidade ambiental, além disso,
394 evidencia que o prefeito Udo Dohler tem sempre exigido muito
395 cuidado quanto a isso e com bastante transparência. Paulo se
396 mostra satisfeito com a resposta e justifica que como a
397 comunidade cobra respostas sobre o assunto então se faz
398 necessário questionar e registrar nos anais do Conselho Gestor.
399 Paulo ainda levanta a questão das motos nas trilhas como um
400 assunto complexo, isso porque não são apenas arruaceiros que



401 participam. O Presidente do Conselho comenta que nas enchentes
402 ocorridas em Jaraguá do Sul em 2008, que trouxe diversos
403 desastres e desbarrancamento, os trilheiros do Moto Clube e Jipe
404 Clube foram de grande suporte para a defesa civil no resgate de
405 pessoas em situação de grave risco e de difícil acesso, portanto
406 a questão da perturbação no Quiriri tem que ser resolvida com
407 delicadeza. Por fim Paulo comenta que a situação da Marli com seu
408 terreno é percebida por outros proprietários de imóveis, faz uma
409 analogia a comprar um carro, pagar os impostos a ele relativos,
410 mas não poder andar com ele. Finalizada a palavra livre foi
411 declarada encerrada a reunião, às vinte e uma horas e doze
412 minutos, sendo extraída esta Ata, a qual foi lavrada e assinada
413 por mim, José Augusto de Souza Neto, Secretário Executivo do
414 Conselho e assinada pelo Presidente do Conselho, Jonas de
415 Medeiros, após aprovação dos demais Conselheiros.

416
417
418
419
420
421
422


Jonas de Medeiros
Presidente do Conselho


José Augusto de Souza Neto
Secretário do Conselho

**A gravação em audio desta reunião se encontra arquivada na Área Jurídica da SEMA.


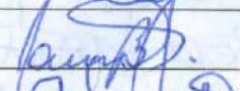



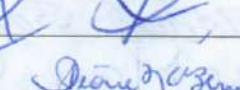
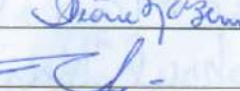




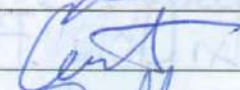
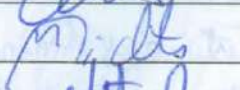


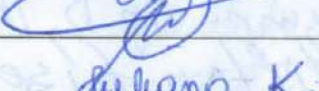
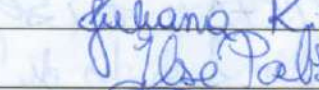


Lista de presença da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, realizada no dia 20 de fevereiro de 2018, às 19:00hr, no Auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (SAMA - UDR), na Rod. SC-418, Km 3, nº 271 Pinabeiraba, Joinville - SC.

PARTICIPANTE	ENTIDADE	ASSINATURA
Jonas de Medeiros	SAMA	
Debora Cristina Jung	Apucarana	
ADSMIA SGIOTT	ADM	A. Sgiott
Sidney Comadina	VERSAL ENG.	
Manoel Luiz Vicente	Apucarana	
Marco Augusto da Silva	Polícia Ambiental	
Giovani Padilha	SAMA	
Maria Elith Socavem	ANEM	Prof. Elith Socavem
Ilse Palyst	APIVILLE	Ilse Palyst
Maísa Koch	SAAP	Maísa Koch
BETO AMARAL	SAMA - UDR	
Dione Ney Cavalcanti Bernhardt	EPAGRI	Imagemamento
CRISTIAN R. DOS SANTOS	CAJ	Ant
Maiko Richter	Soprot	F. Richter
Indalécio Samedy	AJARR	Indalécio Samedy
Jose Manoel G. Ribeiro	CCS	Jose Manoel G. Ribeiro
Gabriel Klein Wolfart	Sindipebras/SC	
Maicon Dino de Souza	Pol. Mil. Ambiental	
Paula Roberta Schopf	ASBANUI II	
Romy B. Hünzinger	SEPUD / PMJ	Romy B. Hünzinger
Sidney Comadina	Versal Eng	
Chilton Breis	SAMA	
Carolina Kemming da Costa	SAMA	
LUCAS AZAUSO COSTA	SAMA UGA	
Priscilla merrarin Lozorio	SAMA	Priscilla merrarin Lozorio
Giampaolo B. Marchesini	SAMA	
Rilton Fiseken	Hidrepe	
Julian Laguardes de Paula	SUBSECRETARIA PINDAICABA	
CACIÓ JOSÉ VENTUR	RENTEL ENG G ARCA	

Laurindo Schneider Paroquia SCT
 Joimeneval Piza Paroquia SCT
 AUA Mir UNASUL/NOB UPP
 Anton Giese Anacleto SAMA
 Odair Nunes
 Diego Machado
 JOSE AUGUSTO SOUZA NETO COMISSÃO/SAMA



Lista de Presença da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Ser Dona Francisca, realizada no dia 10 de abril de 2018, às 19:00hs no Auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (SAMA-UDR), na Rod. SC-418, Km 3, nº 271, Pinabeiraba, Joinville-SC.

PARTICIPANTE	ENTIDADE	ASSINATURA
Debara Cristina Jung	Apucarana	
Romy B. Lunzinger	SEVUS	
ADOMIR SCHOET	ADM	
Anton Giese Anacleto	SAMA	
Joel Semir	CVJ. (Fernando Krelling)	
Anderson Kneukel	Assoc. Rio Lindo	
Dione Nery Cavalcanti Benfemini	EPABRI	
mand S. Licent	Apucarana	
RAPHAEL ANTONIO DE LUCCA	EPIC TECNOLOGIA AMBIENTAL AMEM	
Mauri Fleith Jacovani	JRMOS	
MAURÍ DAVID JR	BRITADOR Hubone	
HILTON FISCHER	CAJ	
Cent R. dos Santos	Sopro +	
Maiko Pichler	A/AAR	
Cláudia Nitzel	SAMA-UDR	
BETO ANASTAS	PM AMBIENTAL	
MAICON DILMO DE SOUZA	ACR	
Juliana Ramonier	APIVILLE	
Ilse Palyst	APIVILLE	
João Paulo Krüskem	APIVILLE	